

A PERSPECTIVA DE PODER EM FOUCAULT E SUAS CONEXIDADES COM AS RELAÇÕES DE GÊNERO

*Iraildes Caldas Torres**

Resumo

O artigo se ocupa de um exame do poder como um mecanismo de produção de saberes em Michel Foucault, segundo o qual o poder não é uma força negativa, mas uma forma de saber. É algo produtivo e fonte de prazer. As relações de poder envolvem homens e mulheres sendo, portanto, o saber um exercício dos sujeitos históricos sem distinção dos sexos. O poder transcende o terreno das regras, prescindindo do aspecto jurídico e legal. Verificar de que forma as relações de gênero se inter-relacionam com o poder compõe eixo analítico deste estudo.

Palavras-chave

Poder, saber, relações de gênero.

Introdução

Proceder uma abordagem compreensiva sobre a analítica do poder em Foucault enseja um olhar nas entreli-

*Iraildes Caldas Torres é professora da Universidade do Amazonas, mestre em Educação e doutoranda em Ciências Sociais pela PUC-SP.

nhas sobre o ser social homem e mulher. São formulações importantes que vêm dar sustentação aos estudos analíticos das relações de gênero.

A perspectiva de poder em Foucault é densa de significações para os estudos das chamadas minorias sociais, à medida que este pensador concebe as relações de poder como um veio que corre por fora da via institucional e do campo da legalidade. Ou seja, as relações de poder vão sendo construídas subrepticiamente na vida cotidiana como pequenas células ou sub poderes. Assim, importa compreendermos a forma pela qual a episteme foucaultiana rearticula conceitos e se inter-relaciona com outras categorias analíticas das ciências sociais como, por exemplo, as de raça e gênero.

O centro desta discussão consiste no reconhecimento de que há um campo de poder envolvendo mulheres que se efetiva na esfera do que Foucault denomina de micropoder. A sociedade, enquanto *locus* da prática política e das relações que se travam no cotidiano de homens e mulheres, é o espaço privilegiado para o exercício do poder.

A esfera pública é o lugar da grande política enquanto ação permanente que dá origem a organizações, ao comportamento das pessoas e a todos os clichês e cânones de convivência. Em outros termos, a sociedade deve ser entendida como o espaço onde o humano se produz e se reproduz. É o espaço da extensão do conflito, das contendas interpessoais e coletivas, das sangrias desatadas, em que os antagonismos e as forças políticas em presença tornam esse espaço um palco de luta e cenário do poder.

Perceber e compreender como poder e relações de gênero se inter-relacionam e de que forma dão sustentação à prática política que move a vida em sociedade compõem, fundamentalmente, o eixo analítico deste estudo.

Em Foucault vamos entender o exame do poder como um mecanismo de produção de saberes. Para o filósofo, o poder se situa em nível do próprio corpo social, e não acima dele, penetrando na vida cotidiana de forma difusa. O poder é um exercício permanente que se desenvolve no cotidiano da prática social sendo, pois, construído no processo cultural e na extensão da sociabilidade.

Isto indica que há um campo de relações de poder, envolvendo mulheres e que se efetiva na esfera do que Foucault denomina de micropoder. Isto permite supor que as mulheres podem construir os

seus próprios espaços, colocando-se na esfera pública como sujeitos políticos de decisão e gestão. Em Foucault, não há distinção de sexo no exercício do poder. Homens e mulheres, enquanto sujeitos histórico-sociais que travam relações na vida cotidiana e em todo o corpo social, constituem-se em receptáculos do poder, não no sentido de posse e, sim, como um veio potencialmente capaz que se constrói na perspectiva do vir-a-ser.

Analítica do Poder em Foucault

Michel Foucault (1926-1984) é, certamente, um dos mais influentes pensadores franceses da contemporaneidade. Oriundo de Poitiers (França), desenvolveu um pensamento genuinamente singular, identificado inicialmente com o estruturalismo, embora se afaste da influência dessa corrente e passe a comungar mais das idéias de Nietzsche e Sartre.

Uma das contribuições deste filósofo à epistemologia contemporânea diz respeito à sua pesquisa sobre o surgimento das ciências humanas, em que questiona a noção tradicional de sujeito elaborada pela racionalidade moderna. Em Foucault, as ciências humanas estão envolvidas numa rede de significações que circundam e envolvem o homem em vários aspectos sendo, pois, indiferentes aos pressupostos da ciência moderna como, por exemplo, o universo da cultura e da construção social. Essas formulações têm por base o método do discurso proposto por Foucault, cuja discussão faz surgir um novo conceito de episteme elucidado sobretudo em suas obras: *As Palavras e as Coisas* publicada em 1966 e *Arqueologia do Saber*, de 1969.

Deve-se compreender as ciências humanas em Foucault dentro de uma formação discursiva, procurando examinar como ocorrem as categorizações e construções no próprio discurso (do sujeito do conhecimento), o qual certamente vai apresentar características culturais de uma determinada sociedade e de um determinado período histórico.

Um segundo momento do pensamento de Foucault vai estar relacionado à sua análise sobre a questão do poder, período em que o filósofo passa a desenvolver um novo método denominado *genealogia*. Por genealogia vamos entender a abordagem histórica do poder, enquanto elemento explicativo da produção dos saberes, aspecto que tentaremos elucidar ao longo deste estudo.

A idéia de poder em Foucault tem origem em Nietzsche (1844-1900)¹ apreendida numa relação de força, diferente do postulado da propriedade e da modalidade. Este último presente desde Maquiavel (1469-1557)², em que o poder age pelo consentimento e pela violência.

Em Nietzsche, o poder é visto como uma atividade individual do homem, está ligado às idéias de força e potência. Aqui o termo força não é sinônimo de violência, assim como a idéia de potência não está associada à opressão, ao contrário, está associada à idéia de libertação.

A estrutura do poder em Nietzsche está centrada no próprio ser, não está em nenhuma instituição e/ou instância política. Estamos nos referindo ao poder enquanto atividade, no sentido de dispêndio de força em que o indivíduo busca exercitar a capacidade criadora que subjaz ao humano, fazendo fluir intensamente a própria vida num veio instintivo de liberdade.

Em breves sinalizações, poder-se-ia compreender a questão do poder em Nietzsche como energia e focos de força em potencialidade. O homem é fundamentalmente um ser prenhe de poder, que exaure da força que existe potencialmente nele. Em verdade, há uma vontade de poder subreptícia ao instinto de liberdade do homem, a qual tende a crescer sempre mais tendo em vista a sua própria libertação. É por isso que o super-homem nos causa medo, porque é grande a possibilidade de poder que existe nele. Indo mais além, diríamos que é real a atividade do poder na vida do indivíduo, pois é algo indissociável do ente assim como o são a consciência, a racionalidade e o espírito, categorizações análogas que se imbricam, em última análise, à condição humana.

1. Friedrich Nietzsche exerceu profunda influência no pensamento contemporâneo, sobretudo na Alemanha e na França. Em seus estudos evidencia dois elementos fundamentais: o espírito apolíneo, representando a ordem, a harmonia e a razão e o espírito dionísio, representando o sentimento, a ação, a emoção, sendo que o espírito apolíneo teria triunfado e sufocado tudo aquilo que é, na expressão de Nietzsche, *afirmativo de vida* (Vide Japiassu e Marcondes, 1993).

2. Niccolò Maquiavel é considerado um dos fundadores da ciência política, por sua preocupação com o fato político em si, desvinculando-se do aspecto moral e do juízo de valor sobre ele. Ele rompe com todas as teorias da legitimação do poder, deixando o domínio do direito pelo domínio do fato, que é o reino da força (Vide Japiassu e Marcondes, 1993).

Com efeito, essa vontade de poder corresponde a uma conquista do homem. Destaque-se, que na perspectiva da libertação, o homem busca a sua auto-superação e, nesse processo, vai se deparar com as normas e os valores construídos socialmente, os quais tendem a se reproduzir e a se conservar enraizando-se na vida do indivíduo — são os chamados transvalores. É assim que o homem vai estar em constante contenda consigo mesmo, numa luta constante entre conservação e auto-superação. Portanto, a libertação que, em ulterior consciência, é o fim último do homem, vai se configurar numa conquista que se obtém em função do esforço de superação do ser.

Em Foucault, o poder aparece como uma forma de saber. Assim como em Nietzsche, o poder é uma atividade que se exercita constantemente, constituindo-se numa fonte de prazer. As suas formulações sobre o poder circunscrevem-se ao campo da abordagem analítica, numa busca de compreensão das conexões que o poder estabelece com as ações da vida social e cultural.

Foucault compreendeu o poder nos meandros da sociedade, presentemente nas práticas cotidianas sociais. Aqui reside a singularidade da sua análise: perceber as curvas do poder nos interstícios da sociedade como um exercício cotidiano, enraizado na cultura e/ou uma atividade do dia-a-dia que os indivíduos desenvolvem no interregno das relações sociais como uma prática positiva.

É assim que o filósofo faz uma ruptura com a visão tradicional que concebe a existência do poder única e exclusivamente ao âmbito do Estado e das instituições, como se somente essas instâncias fossem o *locus* indubitável da prática do poder. Diferentemente disto, Foucault vai mostrar que existem poderes fora do aparato institucional. Os poderes são exercidos por homens e mulheres no dorso do tecido social e proliferam, criando relações pessoais, interpessoais, coletivas e hierárquicas, conforme explicita Roberto Machado no prefácio de sua autoria contido na obra *Microfísica do Poder* (Foucault, 1993:XIV) *o interessante da análise é justamente que os poderes não estão localizados em nenhum ponto específico da estrutura social. Funcionam como uma rede de dispositivos ou mecanismos a que nada ou ninguém escapa, a que não existe exterior possível, limites ou fronteiras.*

Para Machado, *a idéia básica de Foucault é de mostrar que as relações de poder não se passam fundamentalmente nem ao nível do direito,*

nem da violência: nem são basicamente contratuais nem unicamente repressivas (Foucault, 1993: XV).

Do horizonte dessa análise, Foucault vai romper com a tradição da ciência política no que concerne ao postulado da legalidade, tradicionalmente entendido dentro do Código Penal, e busca interpretar a legalidade sob uma nova visão. Ele não identifica o poder com a ideologia. Ao contrário, estabelece uma ruptura com o postulado da modalidade que identifica o poder com a repressão e a ideologia, como preconiza Maquiavel. A repressão e a ideologia em Foucault são apenas formas fracassadas de poder: agem apenas de modo negativo, impedindo, censurando.

Em sua obra *Microfísica do Poder*, Foucault (1993:08) deixa claro que *o que faz com que o poder se mantenha e que seja aceito, é simplesmente que ele não pesa como uma força (...), mas que de fato ele permeia, produz coisas, induz ao prazer, forma saber, produz discursos.*

Dir-se-ia que a genealogia é física e microfísica do poder. Enquanto método, a genealogia vai conceber o poder como um evento que produz saberes através de um conjunto de técnicas que se impõe à sociedade.

Para Foucault, o poder não está no campo da formalidade e/ou da instância constituída. Ele não tem lugar específico e nem é propriedade de alguém; surge como formas difusas que proliferam no tecido social. Pode-se dizer que o poder é uma prática que se efetiva no terreno da experiência vivida; portanto, ninguém o possui como uma prerrogativa ou uma função, porque é um exercício que não tem fim, é uma prática ininterrupta sem limites e sem delimitação espaço-temporal. O poder não tem descanso e, assim como em Nietzsche, a força é uma “substância” ou uma “coisa” que pulsa nas veias do homem, gerando poder, também em Foucault o poder é vetor e telos da vida em sua sociabilidade.

O homem é denso de poder, está nele a possibilidade da liberdade que precisa do espaço das relações de poder para se estabelecer. Também o poder supõe a existência da liberdade. Ou seja, o poder só pode ser exercido sobre pessoas livres, considerando que a liberdade é necessária em nível do confronto, à medida que pessoas livres estão na extensão do conflito. A liberdade está associada à consciência e à vontade, por isso, onde houver opressão, não há relação de poder.

Em princípio, parece haver um paradoxo entre essas duas categorizações. No entanto, elas são tomadas em relações não-tematizadas

sem um sentido prévio a qualquer conceituação. Foucault não está preocupado em saber quem vem primeiro, se é o poder ou a liberdade. Para ele, *as forças que estão em jogo na história não obedecem nem a uma destinação nem a uma mecânica, mas simplesmente ao acaso da luta* (Châtelet et alii, 1993:281). Ao que parece, o filósofo não busca justificar o poder e a liberdade, mas procura compreendê-los sob os nexos de uma construção social que nunca se esgota.

Com relação à questão do saber, é sempre oportuno lembrar de que esta é uma categorização intrinsecamente ligada à estrutura do poder em Foucault. A relação entre poder e saber se apresenta como uma ação contínua no interior de um conjunto de técnicas, de saberes e de práticas de poder que Foucault chamou de disciplina e denomina de normalização esse procedimento. São relações de poder sobre os corpos vivenciadas no processo social, nas quais se utiliza uma tecnologia própria de controle bem mais presente nos quartéis, hospitais, escolas, fábricas e prisões, onde o poder disciplinar assume uma função de adestramento. Em *Vigiar e Punir* (Foucault, 1993:125), o filósofo destaca que:

houve, durante a época clássica, uma descoberta do corpo como objeto e alvo de poder. Encontraríamos facilmente sinais dessa grande atenção dedicada então ao corpo — ao corpo que se manipula, se modela se torna hábil ou cujas formas se multiplicam.

Essa tecnologia de poder que Foucault definiu como “disciplina”, fabrica indivíduos, transformando-os em objetos e instrumentos de seu exercício. Para tanto, utiliza-se de técnicas simples como o olhar hierárquico, a sanção normalizadora e o exame.

O olhar hierárquico constitui um instrumento de poder em que a visualização dos subalternos induz às medidas de coerção. O lugar dessa prática são as instituições sociais em que a forma de controle pautada no olhar disciplinador se efetiva através da sanção normalizadora. A disciplina tem a função específica de punir, assumindo o lugar das instâncias de julgamento. Tem-se, então, um pequeno tribunal que visa reduzir os desvios através da função corretiva sendo, pois, o castigo o cumprimento de penalidade.

O exame, por sua vez, *combina as técnicas da hierarquia que vigia e as da sanção que normaliza* (Foucault, 1993:164). O exame é um aprendizado permanente, é uma espécie de ritual de poder constante-

mente renovado; *nele vêm-se reunir a cerimônia do poder e a força da experiência, a demonstração da força e o estabelecimento da verdade* (Ibidem:164-165).

Nesse processo, a escola passa a ser o lugar de elaboração da pedagogia em que esse aspecto examinatório marca o início da pedagogia como ciência. E a escola passa a ser uma instância de vigilância do saber em que o exame ininterrupto acompanha em toda a sua extensão o processo do ensino.

Dessa sorte, é possível visualizar todo um arsenal de trama de relações de poder e saber presentes nas instituições de forma naturalizada, que faz parte da vida das pessoas. O panoptismo³ é um exemplo disso, uma vez que *induz no detento um estado consciente permanente de visibilidade que assegura o funcionamento automático do poder* (Ibidem:177).

Aqui, pouco importa saber quem exerce o saber. Um sistema panóptico funciona como um laboratório do poder, isto é, funciona em cadeia de forma sutil, quase imperceptível. A máquina panóptica possui funções que consistem em isolar, punir, vigiar, tratar, educar, fazer, produzir, docilizar. *O corpo, do qual se requer que seja dócil até em suas mínimas operações, opõe e mostra as condições de funcionamento próprias a um organismo* (Idem — Ibidem:177).

Trata-se do desenvolvimento de uma tecnologia emergente nas instituições sociais, em que o poder se estabelece em redes como uma máquina que capta tudo, adverte, disciplina e modela os sujeitos, exercendo sobre eles uma função disciplinadora.

Quanto ao aspecto do saber, Foucault não se preocupa em trabalhá-lo conceitualmente, mas em descrever aspectos e relações presentes em cada saber. Contudo, em sua obra *Arqueologia do Saber*, o saber é definido como:

O conjunto dos elementos, formados de maneira regular por uma prática discursiva e indispensável à constituição de uma ciência, apesar de não se destinarem necessariamente a lhe dar lugar (Foucault, 1969:206).

3. Em Foucault o panoptismo é um sistema central de visibilidade em que se possa ter visões periféricas e do todo ao mesmo tempo, ou seja, é um ponto ou uma posição central de onde se possa ver tudo.

Cada um desses elementos presentes na definição de saber constitui uma pluralidade, uma multiplicidade, ou seja, envolve uma gama de variáveis qualitativas que tornam impossível a sua individualização em um saber concreto como aquele da medicina, economia etc. Face a esta compreensão múltipla e heterogênea, o saber em Foucault assume uma peculiaridade insigne, posto que trabalha o saber dentro de uma visão histórico-social.

Deve-se assinalar que em Foucault o poder não é visto como um obstáculo, ao contrário, em muitos casos está associado ao prazer. O suplício, por exemplo, é uma técnica utilizada na produção de um sofrimento físico. Aquele que pratica o ato teria de saber manejar bem essa técnica, medindo tudo minuciosamente bem sob cálculos. Do contrário, se houvesse algum erro, o “carrasco” era reprovado pela população ou até morto por esta, a qual tinha o prazer de ver resultados plausíveis e eficientes.

O suplício envolvia dois aspectos: a marca física e a marca moral, além de assumir uma dimensão política para lembrar a existência do rei e de sua soberania. Daí o caráter público do suplício, cuja prova definitiva era a confissão do culpado que reconhecia sua falta mediante o juramento e a tortura.

É assim que o saber tem uma relação com a moral dos povos, com os seus anseios e com os seus códigos, assumindo o regime de verdade de cada sociedade, cujo *ethos* social consiste no modo de sujeição ou subjetivação dos indivíduos.

Cada sociedade possui um sistema de saberes, aqui entendido como o conjunto de técnicas de efetivação de processos sociais. Foucault vai valorizar esses processos, dando significação a esses conteúdos. Para ele, os atores sociais possuem um rico conhecimento que merece ser elevado à reflexão crítica, pois a significação que os indivíduos dão às suas ações, permitindo construir a vida das pessoas em arquivos, constituem exemplos da riqueza de conhecimentos presentes neles.

Em última análise, o poder produz saber e não há relação de poder sem constituição correlata de um “campo de saber”, nem saber que não suponha e não constitua, ao mesmo tempo, relações de poder. O poder-saber, os processos e as lutas que o atravessam e que o constituem é que determinam as formas e os campos possíveis do conhecimento. Nessa relação recíproca, a questão do poder torna-se um instrumento de análise capaz de explicar a produção dos saberes.

Se fôssemos analisar as relações de gênero à luz dos estudos foucaultianos, diríamos que elas estão em conexão com as relações de poder. No que se refere ao gênero mulher, não nos parece correto reafirmar as concepções pasteurizadas sobre a absoluta submissão feminina. Começamos pela tese levantada pelos teóricos psicanalistas e pelo próprio movimento feminista, que consideram a história das sociedades até agora existente como uma história da subordinação das mulheres aos homens.

Essa propositura credita ao homem o poder absoluto e às mulheres uma total anulação, as quais assumem o papel de sujeito passivo. Isto coloca abaixo toda uma concepção de indivíduo como ser que se constrói e vive a sua individualidade expressando-se como sujeito dentro da sua condição. Decretar a anulação do ser mulher é desconsiderar qualquer possibilidade de humanização e de vir a ser. A nosso ver, as relações de poder estão presentes nos dois gêneros humanos, porém, em diferentes graus e dimensões desiguais. Ressalte-se que, em nenhum caso, essa diferença é entendida numa relação de hierarquia, mas sim numa relação contraditória entre homens e mulheres.

Sob a perspectiva foucaultiana, poder-se-ia dizer que a exclusão de um segmento da população como as mulheres contribui para que estas se constituam potencialmente em detentoras de recursos para exercerem poder. Pois em face da relação de desigualdade existente entre homens e mulheres, estas vão procurar se organizar, criar novos espaços de poder e ter na resistência organizativa o seu maior recurso.

É importante atentar para o fato de que a dominação nas relações de gênero não assumir só o aspecto masculino. Existe a dominação da mulher sobre a mulher, à medida que esta, sem perceber as contradições das idéias absorvidas no processo cultural, acaba estabelecendo concorrência com outras mulheres, legitimando, muitas vezes, as relações de reprodução da ideologia dominante sob a ótica da assimetria entre os sexos e também dentro do mesmo sexo.

Essas relações podem explicar as diversas situações de inferioridade e de opressão das mulheres na esfera do público e do privado. Ao invés das mulheres se organizarem no espaço social em torno de idéias e de objetivos comuns, muitas passam a disputar o espaço e, no afã dessa disputa, passam a tomar o espaço da outra, fortalecendo, assim, o domínio masculino, perdendo a dimensão ideo-política mais abrangente das relações entre homens e mulheres.

Todavia, é importante ressaltar que a organização política das mulheres e o processo de tomada de consciência da sua condição histórica não podem evoluir com uma velocidade determinada ou em uma única direção. É preciso considerar que o processo de formação da consciência coletiva pauta-se num procedimento metodológico contínuo, incessante e paciente.

No caso específico das relações de gênero, o processo educativo circunscreve-se ao âmbito dos novos movimentos sociais. Esses movimentos que constroem a base de todo um trabalho político são instrumentos fundamentais na construção da identidade social e, no caso das mulheres, eles têm sido referência na construção dessa identidade através da ação política.

Poder-se-ia dizer que a segregação e a exclusão de segmentos majoritários da sociedade, da perspectiva de seus direitos, ensejam mecanismos de exercício do poder. Esses mecanismos são encontrados nos novos movimentos sociais que têm na organização política e na resistência a sua maior estratégia para afirmação da sua cidadania.

Considerações Finais

Ao visualizar a questão do poder como um exercício que transpassa o processo de socialização, Foucault formula conceitos análogos aos de Nietzsche (força e potência) e Sartre (liberdade e nadificação). Destacou a importância das relações de poder intrinsecamente relacionadas à esfera do saber. Não do saber técnico ou científico como aqueles de certas profissões, mas o saber construído no cotidiano em que a sua representação é tácita e não formal.

Foucault posicionou-se contrário a função repressiva da ideologia nas relações de poder e articulou as suas idéias prescindindo do postulado da legalidade presente desde Maquiavel.

Os sujeitos sociais homens e mulheres encontram, no exercício do poder, os nexos e os sentidos da vida. Dir-se-ia que o poder é uma força que move os seres humanos em sua sociabilidade. O exercício do poder só se realiza através da política, à medida que o seu exercício se incorpora aos valores e ao *modus vivendi* dos sujeitos sociais, enraizando-se no cotidiano.

Também a liberdade é uma questão política em Foucault. O poder só poderá ser exercido mediante a existência da liberdade, posto que a

liberdade não é um conceito abstrato e/ou um ente que se baste a si próprio; ela é conduzida por sujeitos concretos que têm vontades, desejos, que fazem escolhas e se auto-superam. São chamados sujeitos livres homens e mulheres.

Sob esses aspectos, as relações de gênero são percebidas como um ponto de intersecção nas relações sociais. Diferentemente das concepções deterministas, que buscam no fator biológico as explicações para a sujeição da mulher na sociedade, dentre as quais destacam-se as idéias de Rousseau, as relações de gênero são parte da estrutura social e são vistas dentro das complexas relações sociais, políticas, econômicas e psicológicas entre homens e mulheres.

Esses elementos estão presentes nas formulações de Foucault, que percebe o poder como um exercício de todos os indivíduos homens e mulheres, posto que todos se encontram submersos nas relações sociais e no processo histórico.

Ressalte-se, neste sentido, a importância das idéias de Foucault para os estudos de gênero, na medida em que concebe o poder como um exercício sem ser propriedade de ninguém. Portanto, pode ser exercido pelas mulheres, as quais procuram cavar seus espaços no interregno da prática social.

Enfim, cabe assinalar que os matizes e as curvas das relações de gênero compõem um universo complexo e difícil de perscrutar. Assim, para efeito deste paper cumpre-nos observá-las *en passant*, buscando verificar apenas as aproximações possíveis dessa categoria de análise com a questão do poder trabalhada pelo filósofo objeto deste estudo.

Bibliografia

- CHÂTELET, F., DUHAMEL, O. e PISIER, E. (1993). *Dicionário das Obras Políticas*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- FOUCAULT, M. (1969). *Arqueologia do Saber*. Paris: Galimart.
- _____. (1993). *Microfísica do Poder*. 11 ed. Rio de Janeiro: Rocco.
- _____. (1993). *Vigiar e Punir: História da Violência nas Prisões*. 10 ed. Petrópolis: Vozes.
- JAPIAUSSU, H. e MARCONDES, D. (1993). *Dicionário Básico de Filosofia*. 2 ed. Rio de Janeiro: Zahar.